

**ATA**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício do Salão Paroquial de Airão Santa Maria, na União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram as Vereadoras Adelina Paula Mendes Pinto e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuaria o Grupo Musical da CAISA – Cooperativa de Artes e Intervenção Social e Animação com uma criação artística. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença na sessão, enaltecendo a prestação e, de seguida, declarou aberta a reunião. -----

De seguida, o Presidente da Câmara convidou o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil** a usar da palavra. O Presidente da Junta leu, em voz alta, um texto que a seguir se transcreve: “*Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, Senhoras e Senhores Vereadores, colegas de Executivo da Junta de*

Freguesia, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e demais membros da Assembleia presentes, colegas Presidentes de Junta, Reverendo Padre Domingos Forte, Pároco de Airão Santa Maria e Airão São João, Sr. Presidente do Conselho de Administração da VIMAGUA, Dr. Costa e Silva, Sr. Diretor da VITRUS, Dr. Daniel Pinto, caros representantes das Associações e instituições da União de Freguesia, amigos convidados, Aironenses de Airão Santa Maria e de Airão São João, Vermilenses, minhas senhoras e meus senhores. Começo por agradecer à CAISA Cooperativa de Artes e Intervenção Social e Animação o momento que nos proporcionou e dar as boas vindas à Câmara Municipal e dizer que é com muito gosto que a União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil a recebe. Sabendo que esta excelente iniciativa de trazer o poder municipal às freguesias já não é propriamente uma novidade, pois esta é a 11ª reunião do género, não é demais salientar as suas enormes virtudes e potencialidades: desde logo o facto de durante alguns dias, a freguesia e neste caso a União de Freguesias, ser o foco de interesse político e não só, do Concelho, fazendo-se assim uma avaliação ao que foi feito, ao que se está a fazer e ao que falta fazer. Sendo esta iniciativa importantíssima para esta Junta de Freguesia, pelas razões supracitadas, também o é para as instituições e associações das três freguesias, pelo que a Câmara Municipal, na pessoa do seu presidente, Dr. Domingos Bragança, estão de parabéns, pela coragem de se apresentar cara-a-cara perante a população, para ouvir e responder às suas inquietações. Estas reuniões do executivo da nossa Câmara Municipal, realizadas fora da nossa cidade de Guimarães, pois para além de Aironenses e Vermilenses, também somos Guimarães e com muito orgulho, são um importante instrumento de valorização da democracia, contribuindo para uma maior e melhor participação



cívica das pessoas e contribuindo também para aproximar a Câmara das pessoas, o eleito do eleitor. Falando um pouco da Nossa União de Freguesias, começo por destacar o facto de sermos o território mais a Oeste do Concelho, fazendo fronteira com o Concelho de Vila Nova de Famalicão (freguesia de Joane) e o Concelho Braga (freguesia de Escudeiros e Penso). Destacava também a circunstância de que o ponto mais o Oeste do Concelho, a rua 25 de Abril em Airão São João, distar da sede do Concelho exatamente 18 Km. Estas contingências, a distância à sede de Concelho, a proximidade à Vila de Joane e o facto de não abundarem os transportes públicos para Guimarães, levam a que exista uma relação muito estreita entre esta União de Freguesias e a Vila do Concelho vizinho, sobretudo no que à população de Airão Santa Maria e Airão São João diz respeito, procurando estas os mais variados serviços, como sejam os serviços de Farmácia, Correios, Escolas, Saúde e feira, na vila de Joane. Com a freguesia de escudeiros e Penso, Concelho de Braga, a relação é quase inexistente, havendo uma barreira física a separa estas freguesias e os Concelhos que é o monte da Curviã. Apesar de ser uma União de freguesia essencialmente rural, não contabilizando as Vilas e as freguesias da cidade, esta União de Freguesias é das mais populosas do Concelho (a 2ª maior), contabilizando um total de 3.657 residentes. Reunindo este facto, à majoração da agregação das freguesias e à sua dimensão geográfica, faz com que esta seja também a 2ª freguesia do Concelho, com maior transferência de verbas do estado (FFF). Não podendo negar algumas das vantagens da agregação das nossas freguesias, como sendo o ganho de escala, o poder reivindicativo e uma maior transferência financeira, é evidente que o espírito de união ainda não é geral na população e continuamos a ser uma União de três freguesias e não

três freguesias em União. E porque como disse no início, este também é um momento de avaliação do que foi feito, do que se está a fazer e do que falta fazer, posso assegurar e comprovar aos Aironenses e Vermilenses, que a Câmara Municipal de Guimarães tem sido uma Câmara presente e preocupada com os problemas deste cantinho do Concelho, não descriminado estas freguesias pelo facto de estarem longe da cidade, antes pelo contrário, tem havido uma preocupação em diminuir essas assimetrias. Alguns exemplos apenas do que foi feito, do que está a ser feito e do que é preciso fazer com a imprescindível ajuda da Câmara Municipal de Guimarães: O que foi feito - Terminamos recentemente a construção da casa Mortuária de Vermil, benzida no passado sábado, um investimento superior a 100 mil euros que seria de todo impossível de concluir sem a ajuda da Câmara. O arrelvamento sintético do campo de futebol do União Desportiva de Airão, como toda a gente sabe com um subsídio da Câmara de 200 mil euros e que está pronto e se me permite o senhor presidente do União desportiva de Airão uma inconfidência, será inaugurado no próximo dia 2 de Outubro. O que está a ser feito - Requalificação da rua Conde Belmiro e rua D. Afonso Henriques em Vermil, cujas obras iniciaram esta semana. É um investimento avultadíssimo, numa rua estruturante da freguesia de Vermil e que seria de todo impossível a Junta de freguesia assumir essa despesa. O que falta fazer, senhor presidente - A junta de Freguesia precisa da imprescindível ajuda da Câmara Municipal para resolver os seguintes dois problemas; o primeiro é o velho problema de Santa Luzia. Queremos sobretudo reduzir a sinistralidade nesse local e se for possível dar um toque de centralidade. Penso que sobre esse assunto a Câmara tem algo a dizer-nos. O segundo problema, prende-se com a questão dos



limites das freguesias com a freguesia de Joane. Este problema é especialmente preocupante na rua do Vinhal do Louro e na Urbanização do Moinho da Lage, ruas de Airão Santa Maria. Nestas ruas há moradores que estão a ser bastante penalizados, pois são obrigados a pagar impostos sem ter de o pagar, nomeadamente o IMI e as taxas moderadoras de saúde. Estes moradores têm residência fiscal num concelho e a casa registada no outro, assumindo erradamente os serviços fiscais que estes moradores possuem duas residências. Este é um problema que só se resolve definitivamente com a resolução do problema dos limites territoriais. Para resolver este problema, as juntas de Freguesia da União de Freguesias e de Joane trabalharam nos últimos tempos numa proposta de limites. Essa proposta está concluída e será levada às respetivas Assembleias de Freguesia, já no próximo mês, assumindo aqui esta junta de freguesia esse compromisso, e temos a promessa do mesmo, por parte do senhor presidente da Junta de Joane aqui presente. Posto isto, o que pedimos à Câmara é que cumpra a parte do seu trabalho o mais rapidamente possível e nos ajude a resolver este problema dos nossos cidadãos. Sr. Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores este é o papel das juntas de freguesias diagnosticar, projetar, encaminhar, resolver problemas e para isso temos contado com todo o apoio da Câmara Municipal, pelo que, em nome de todos os Aironenses e Vermilenses, muito obrigado e um bom resto de Reunião." -----

De seguida, o Presidente da Câmara cumprimentou o Presidente da Junta da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, Professor António Carvalho, e restantes elementos do Executivo, o Presidente da Assembleia de Freguesia desta União de Freguesias, Joaquim Cunha, e demais membros da Assembleia de Freguesia, o Reverendo Padre Domingos Forte, Pároco e Presidente

das Fábricas da Igreja de Airão São João e Airão Santa Maria, a quem aproveitou também para agradecer toda a colaboração bem como a disponibilização deste Salão Paroquial de Airão Santa Maria para a realização desta reunião, a Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, Adelaide Andrade Silva, a Presidente da Junta de Freguesia de Brito, Fátima Saldanha, a Presidente da Junta Freguesia de Aldão, Conceição Castro, o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, Paulo Renato, o Presidente do Conselho de Administração da Vimágua, Dr. Costa e Silva, o Diretor Executivo da Vítrus, Dr. Daniel Pinto, as subdiretoras do Agrupamento de Escolas Abel Salazar, Professoras Teresa Freitas e Graça Vilas Boas, a Coordenadora da Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Poças, Airão Santa Maria, Professora Patrícia Costa, os alunos do 4º Ano da Escola E.B.1/JI de Poças, o representante do Grupo Coral de Airão Santa Maria, Laurentino Martins, o Presidente da ARCA Associação Recreativa e Cultural de Airão Santa Maria, José Carvalho, o Presidente da CAISA – Cooperativa de Artes e Intervenção Social e Animação, Alberto Fernandes, o Presidente da Direção da Associação Sócio Cultural Sons da Ponte, Avelino Costa, o representante do Conselho Económico de Airão Santa Maria, José Bairrinho, o Presidente da Direção da União Desportiva de Airão, Venâncio Ferreira, o representante da Confraria dos Bombos, Elísio Machado, a Chefe do CNE de Airão Santa Maria, Dulce Salazar, a representante da Fundação Casa do Paço, Margarida Salgado, o Vice-Presidente do Grupo Desportivo Airão-Curviã, Ângelo Ferreira, o representante do Grupo Coral de Airão S. João, Fernando Oliveira, a representante da Associação de Pais de Airão S. João, Elvira Fernandes, o representante do Fórum de Airão S. João, Pedro Monteiro, a representante do Grupo Coral de Vermil, Joaquina Sousa, o Vice-Presidente do Grupo de Danças e Cantares



de Vermil, Bruno Macedo, a representante do Grupo Socio caritativo de Vermil, Manuela Veiga, a equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanha e presta apoio à realização destas reuniões descentralizadas, jornalistas e amigos da União de Freguesias Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil. Disse, ainda, que se considerassem todos os presentes saudados, caso tivesse omitido alguém. -----

Na sequência, o Presidente da Câmara anunciou que iriam ser feitas duas apresentações sobre intervenções a realizar nesta localidade, uma pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento, Arq.º Filipe Fontes, e outra pelo Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Arq. Artur Corte Real. -----

De seguida, o Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento, **Arq.º Filipe Fontes**, fez então uma apresentação sobre um estudo para a intervenção na área envolvente à Capela de Santa Luzia, um pequeno templo que está situado numa plataforma giratória viária. -----

Posteriormente, o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, **Arq.º Artur Corte Real**, apresentou o projeto de intervenção na Escola EB1/JI de Poças, de Airão Santa Maria, referindo, designadamente, a melhoria de condições de acessibilidade ao edifício e de execução de um coberto. -----

O Presidente da Câmara disse estar inteiramente de acordo com a exposição feita pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, recordando a recente inauguração da Casa Mortuária em Vermil, as obras de requalificação em curso nas ruas Conde Belmiro e D. Afonso Henriques. Anunciou que, brevemente, será celebrado com esta União de Freguesias um contrato de comodato tendo em vista a adaptação do antigo edifício da EB 1 de Vermil a Centro

Comunitário. Referiu, ainda, o ringue desportivo com balneários, propriedade da Paróquia de Vermil e para o qual a Câmara Municipal diligenciará a celebração de um contrato de apoio tendo em vista a execução de um relvado sintético. Lembrou o investimento avultado na execução das piscinas de Airão S. João que interessa melhorar pontualmente para um bom funcionamento e uma utilização mais abrangente. Disse, ainda, estar prevista a execução de um relvado sintético nas instalações do Grupo Desportivo de Airão S. João tendo em vista uma atividade de formação para o conjunto das três freguesias. Sobre os limites das freguesias disse que era um trabalho que exigia a concordância das Assembleias de Freguesia da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil e de Joane, bem como das Assembleias Municipais dos Municípios de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador André Coelho Lima – Cumprimentou e saudou todos os presentes, começando pelo Pároco Domingos Forte, Presidente da Junta da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, Professor António Carvalho, o Presidente da Assembleia de Freguesia, Joaquim Cunha, demais membros do executivo e da Assembleia de Freguesia, as Presidentes de Junta de Freguesia de Ronfe, Brito e Aldão, os Presidentes de Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos e Gonça, os representantes do Agrupamentos Escolar Abel Salazar, os representantes da VIMÁGUA e VITRUS presentes, o representante da CAISA – Cooperativa de Artes e Intervenção Social e Animação, Alberto Fernandes, o Presidente da União Desportiva de Airão, Venâncio Ferreira, o Chefe do CNE, a representante da Fundação Casa do Paço, o representante do Grupo Desportivo Airão-Curviã, o



representante do Fórum Airão S. João, o representante do Grupo de Danças e Cantares de Vermil e a equipa técnica da Câmara Municipal. Disse querer refletir e partilhar um pouco a visão que tem sobre esta localidade. Assim, referiu que esta União de Freguesias tem uma caracterização económica muito equivalente ao que acontece noutras zonas do concelho, designadamente quanto ao número de pessoas que trabalha no setor secundário, sendo as indústrias têxtil e de transformação de pedra e granito os maiores empregadores da região. Disse haver locais de interesse vários destacando o parque da praia fluvial de Airão Santa Maria, que tem a felicidade de estar praticamente na nascente do Rio Pele. Referiu a circunstância de o escritor e segundo Presidente da República, Teófilo Braga, se ter refugiado no Morgado de Airão, tendo lá feito os seus retiros e reflexões e escrito parte da sua obra. Mencionou, também, o povoado fortificado de S. Miguel o Anjo, em Vermil, um Castro da Idade do Ferro, de grande relevância para o nosso concelho. Enalteceu o fortíssimo movimento associativo desta região nas vertentes cultural e recreativa mas, particularmente, na dimensão desportiva, referindo a existência de três clubes numa área territorial não muito extensa. Considerou importante a resolução da circulação rodoviária junto à Capela de Santa Luzia, bem como a beneficiação do polidesportivo de Vermil. Por último, disse querer fazer uma pequena reflexão sobre a dimensão demográfica, tendo sido registada nesta área territorial uma perda de quase 11% da população nos últimos censos que interessa ser analisada em comparação com a área circundante. Assim, disse ser preocupante que as Freguesias de Escudeiros e Penso Santo Estevão, de Braga, e Joane, de Vila Nova de Famalicão, tivessem registado aumentos populacionais no mesmo período, concluindo que os movimentos demográficos

revelam-se desfavoráveis ao nosso concelho o que, a seu ver, obriga a uma séria reflexão. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Cumprimentou e saudou o Presidente da Junta da União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, Professor António Carvalho, o Pároco Domingos Forte, a quem também agradeceu a disponibilização do Salão Paroquial para a realização desta reunião, todos os autarcas presentes e todos os elementos das estruturas sociais e culturais desta região. Aproveitou para dizer que as reuniões descentralizadas que, em boa hora, foram implementadas neste mandato, têm tido o condão de aproximar os cidadãos daquilo que são meras rotinas do exercício do poder e que nem sempre são visíveis. Disse considerar esta reunião uma oportunidade para que esta comunidade perceba como são tomadas as decisões que interferem com o seu dia-a-dia. Disse, ainda, estar agradado pela grande participação cívica na reunião descentralizada de hoje, tendo felicitado esta comunidade pela mobilização em torno da reunião camarária. Agradeceu as apresentações dos Arquitetos Filipe Fontes e Artur Corte Real, que considerou de qualidade, tendo em conta que se trata de pequenas intervenções que se poderão revelar eficientes para o bem-estar da população. Sobre a União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, concretamente no que toca ao processo de agregação das freguesias ocorrido por imposição legal, disse continuar a entender que este processo deveria ser revertido por não ter sido bem conduzido, designadamente por não ter sido feito com audiência às populações. Referindo-se à perda de população no nosso concelho, disse que os transportes públicos constituem um aspeto fundamental de fixação da população, apontando para uma carência efetiva na disponibilização de transportes públicos num



concelho muito disperso. Terminou, desejando que os habitantes desta localidade consigam concretizar tudo o que entendam que é útil e válido para o bem-estar público. Finalmente, disse ter considerado excelente o espetáculo realizado pelo Grupo Musical da CAISA – Cooperativa de Artes e Intervenção Social e Animação que alia tradição e modernidade. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. O Presidente da Câmara informou que o Vitória Sport Clube, em dia do seu aniversário que hoje se comemora, ofereceu a cada um dos Vereadores do Executivo a camisola usada pelos jogadores no encontro disputado frente ao Futebol Clube do Porto, em que a equipa prestou homenagem à Cidade, com a inscrição "Guimarães Living History" na camisola, tendo os Vereadores exibido a camisola durante a reunião. -----

2. Informou que o Governo apresentará amanhã, em Guimarães, no Paço dos Duques de Bragança, um kit de acolhimento a refugiados, que tem como objetivo dar as boas-vindas e apoiar os cidadãos requerentes de asilo no primeiro contacto com o nosso País, sendo a cerimónia presidida pelo Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, Eduardo Cabrita, estando também presente a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor ao atleta Manuel Mendes pela conquista da medalha de bronze na maratona dos Jogos Paralímpicos 2016, no Rio de Janeiro, o que foi aceite por unanimidade. -----

VOTO DE LOUVOR – MANUEL FREITAS MENDES – Presente a seguinte proposta: "No passado 18 de setembro, Guimarães acordava para solidariamente realizar mais uma caminhada e uma

mini-maratona organizada pela APCG, na qual participaram mais de 3 mil pessoas. Através da atividade física, designadamente do atletismo, várias têm sido as ocasiões que Guimarães se tem unido, tornando-se numa das cidades europeias onde a taxa de praticantes de desporto e atividade física é maior, e que desde a Cidade Europeia do Desporto 2013 tem crescido o número de corridas. Neste mesmo 18 de setembro, no início da tarde, Guimarães era surpreendentemente brindado com a conquista da medalha de bronze na maratona dos Jogos Paralímpicos 2016, no Rio de Janeiro, heroicamente granjeada por Manuel Freitas Mendes. A primeira medalha olímpica conquistada por um atleta vimaranense. Manuel Freitas Mendes, nascido a 14 de abril de 1971, na Freguesia de Nespereira, iniciou tarde a sua carreira, mas rapidamente alcançou os melhores lugares ambicionados pelo atletismo. Com uma alma de conquistador, revestida de persistência, empenho, superação e perseverança foi campeão nacional de estrada, na modalidade de atletismo, em 2015 e 2016, 8º no campeonato do mundo maratona IPC Londres 2015 e 4º no campeonato do mundo na mesma maratona de Londres em 2016. Conseguindo a qualificação para participar na maratona dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, Manuel Freitas Mendes, com 45 anos, finalizou na terceira posição com o tempo de 2h49min57seg, conquistando o bronze, sendo a primeira medalha olímpica de um atleta vimaranense. Por este feito desportivo, reconhecido por todos como um exemplo de vida, inspirador nos nossos dias, por Guimarães, cidade que tem levado longe na sua carreira e que a encheu de orgulho nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, proponho a atribuição de um Voto de Louvor a Manuel Freitas Mendes."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

-----**INFORMAÇÕES**-----



-----**ORDEM DO DIA**-----

I. Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento, em cumprimento do disposto na alínea e) do artigo 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o relatório de execução orçamental referente aos 1º e 2º trimestres do exercício em curso. -----

II. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 19 de setembro de 2016, que aprovou a conta final bem como o auto final da empreitada designada por "**Ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil**", nos valores, respetivamente, de €235.466,44 + IVA e de €830,07 + IVA. -----

III. Da seguinte informação do júri do concurso relativo à empreitada designada por "**Reperfilamento do troço viário entre a EN 101 e a área central da Vila de Ponte – 1.ª fase**":

"Nos termos do n.º 5 do art.º 61º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, foi publicitada, no dia de ontem, 14 de setembro, na plataforma eletrónica VORTALGOV, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso, a lista de erros e omissões aceites, e informados todos os interessados que as propostas deveriam ser entregues no dia 19 de setembro de 2016 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Entretanto no dia de hoje, 15 de setembro de 2016, foi apresentado, por um dos interessados, um pedido de prorrogação de prazo para entrega das propostas, ao abrigo do artigo 64.º do CCP (**doc.1**). Após análise pelo júri do procedimento do referido pedido, este deliberou que poderá ser prorrogado o prazo de entrega das propostas, de acordo com o n.º 3 do artigo 64º do CCP, por se considerar ser um período adequado

para o efeito, aproveitando assim todos os interessados. Nestes termos, propõe-se que seja aprovada esta nova prorrogação de prazo, facto de que deverão ser informados todos os interessados, que as propostas deverão ser entregues no dia 22 de setembro de 2016 até às 17:00:00 horas e serão abertas no dia útil imediato, devendo esta prorrogação ser publicitada no Diário da República.” -

IV. Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Beneficiação de arruamentos na União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €472.083,27 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.02 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro com as alterações introduzidas por legislação posterior) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €472.083,27 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b)



Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Mais se propõe que a competência para prestar esclarecimentos no âmbito do presente procedimento, nos termos previstos no art.º 50º do CCP, seja delegado no júri do procedimento, ao abrigo do suprarreferido art.º 109º do mesmo código.” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS - ECOVIA DE GUIMARÃES – 1ª FASE – INFORMAÇÃO PARA INICIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Ecovia de Guimarães – 1.ª Fase, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €3.787.385,08 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.26 do Plano Plurianual de Investimentos de 2016. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo

Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €3.787.385,08 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A criação de **vias cicláveis** no território municipal enquanto medida fundamental no apoio e estímulo ao uso de bicicleta, contributo fundamental para a descarbonização do ambiente e



passo importante na caminhada para o objetivo **Capital Verde Europeia** não poderia deixar de ser merecedora de todo o empenho e apoio do grupo de vereação da coligação PSD/CDS. No entanto, a conceção dos seus traçados, devendo ter necessariamente presente a distribuição concelhia dos espaços habitacionais, de trabalho, de lazer e dos equipamentos não deveria ser assumida, tal como desde sempre temos vindo a afirmar, sem a prévia elaboração e apoio do Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Assim, não poderá o grupo de vereação da coligação PSD/CDS votar favoravelmente a proposta de lançamento da construção de uma infraestrutura desta envergadura, seja pela importância e impacto viário que virá a ter na vida das pessoas, seja até mesmo pela dimensão orçamental que assume, próxima dos 4.000.000€. Iremos, pois, optar pela abstenção.” -----

OBRAS PÚBLICAS - ILUMINAÇÃO LED NA REDE DE IP – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Iluminação Led na rede de IP, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.714.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.2.2.07 do Plano Plurianual de Investimentos de 2016. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um

concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.714.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS/UNIÃO DE FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2016 E JANEIRO A JULHO DE 2017 – Presente a seguinte proposta: “Como é de conhecimento superior, nos termos do número 2, do artigo 117º conjugado com o artigo 131º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o município, através dos seus órgãos, pode delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das



suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. Nesse sentido, Câmara Municipal tem vindo a celebrar anualmente com as Juntas de Freguesia um contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de alimentação e gestão em refeitórios escolares e desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família da educação pré-escolar. Com a assunção das AAAF pela Câmara Municipal a partir de setembro de 2016, e a decorrente contratação de pessoal não docente para apoiar o seu desenvolvimento, a celebração daqueles contratos interadministrativos deixará de ocorrer na maioria das situações. Subsistem, contudo, algumas exceções, designadamente: os estabelecimentos de ensino cujo serviço de refeições não está adjudicado a empresa de restauração coletiva, como nos casos das EB Casais/Brito, Outeirinho/Moreira de Cónegos, Salgueiral/Creixomil e Motelo/Fermentões; os estabelecimentos de ensino que, por inexistência de condições físicas, dispõem apenas de serviço de refeições transportadas concessionado a empresa de restauração, como as EB Penela/Souto Sta. Maria, Selho S. Cristóvão, Além/Sande Vila Nova, Pegada/Azurém e Telhado/Penselo; os estabelecimentos de ensino que integram o Agrupamento de Escolas Santos Simões, não abrangido pelo Contrato de Execução celebrado com Ministério da Educação e Ciência em 2008, em que será necessário continuar a assegurar a alimentação dos alunos abrangidos pela ação social escolar e a gestão dos refeitórios, conforme disposto na alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho de 2015. Nesse sentido, e no seguimento de orientações superiores, propõe-se, nos termos

da alínea I), do número 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de contrato de delegação de competências com as freguesias e união de freguesias, com início a 1 de setembro de 2016 e término a 31 de julho de 2017, conforme minuta em anexo. Propõe-se ainda, e para efeitos da prossecução das competências anteriormente enunciadas, a concessão de uma verba em conformidade com o mapa em anexo, no qual consta discriminado o montante a transferir mensalmente que constituirá anexo ao contrato de delegação de competências, dele fazendo parte integrante. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso para a transferência de verbas para as freguesias e união de freguesias, no período de setembro a dezembro de 2016 e janeiro a julho de 2017, no valor mensal de €11.410,60, o que perfaz um total de €125.516,60, assim repartido: Rubrica: 2.1.2.56 - setembro a dezembro de 2016: €45.642,40; janeiro a julho de 2017: €79.874,20." A minuta do contrato e o mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA APOIO E ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS –

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal tem vindo a celebrar anualmente com as Juntas de Freguesia um contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de alimentação e gestão em refeitórios escolares e de desenvolvimento de atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar. Com a assunção das AAAP pela Câmara



Municipal a partir de setembro de 2016, e a decorrente contratação de pessoal não docente para apoiar o seu desenvolvimento, a celebração daqueles contratos interadministrativos deixará de ocorrer na maioria das situações. Subsistem, contudo, alguns casos decorrentes das orientações do Ministério de Educação e Ciência no sentido da integração dos alunos com necessidades educativas especiais nas turmas de ensino regular, numa ótica de inclusão e igualdade de acesso. Dadas as competências dos Municípios em matéria de Educação, designadamente no que diz respeito à gestão do pessoal não docente - e até que sejam revistos pelo Ministério de Educação e Ciência os critérios para a determinação da dotação máxima de referência de pessoal não docente, por forma a considerar na fórmula de cálculo dos assistentes operacionais os alunos com necessidades educativas especiais que, embora não estando integrados em Unidades de Ensino Estruturado ou de Apoio Especializado, requerem cuidados individualizados - manter-se-á a necessidade de continuar a assegurar o acompanhamento destas as crianças e jovens durante a sua permanência nos estabelecimentos de educação e ensino. Nesse sentido, propõe-se, nos termos da alínea I), do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de contrato de delegação de competências com as freguesias, com começo no início do ano letivo de 2016 e término a 30 de setembro de 2017 conforme minuta em anexo (**Doc. 1**). Para efeitos da prossecução das competências anteriormente enunciadas, será concedida uma verba às freguesias, em conformidade com o mapa em anexo (**Doc. 2**), a transferir mensalmente." A minuta do contrato e o mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

MUNICIPAL. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO –
INSTALAÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL NA RUA DA EIRINHA
- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –** Presente a seguinte proposta:

“Considerando a pretensão da Junta de Freguesia de Serzedelo para a instalação de um Parque Infantil na Rua da Eirinha, de acordo com as opções do Município para a instalação destes equipamentos. Considerando a sua importância que assumem para as crianças e os pais nos locais apropriados, como é o caso do aglomerado urbano referido, propõe-se a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Serzedelo, no valor de €10.000,00 (dez mil euros), para apoiar a construção e a instalação do mesmo. Assim, ao abrigo da alínea j, do nº 1, do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, propõe-se que o executivo camarário delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação do respetivo apoio.”

**DELIBERADO POR
UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTÕES –
INSTALAÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL NA RUA SÁ DE
MIRANDA E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FITNESS
JUNTO AO PARQUE DA NORTECOOP - ATRIBUIÇÃO DE
SUBSÍDIO –** Presente a seguinte proposta:

“Considerando a pretensão da Junta de Freguesia de Fermentões para a instalação de dois Parques Infantis na Rua Sá de Miranda e na Rua Guerra Junqueiro, bem como a instalação de equipamentos de fitness junto ao Parque da NorteCoop, de acordo com as opções do Município para a instalação destes equipamentos. Considerando a sua importância que assumem para as crianças e os pais nos locais apropriados, como é o caso dos bairros e aglomerados urbanos



referidos, bem como para a promoção da atividade física e o bem-estar da população beneficiando a proximidade destes equipamentos, propõe-se a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Fermentões, no valor de €15.000,00 (quinze mil euros), para apoiar a construção e a instalação dos mesmos. Assim, ao abrigo da alínea j, do nº1, do Art. 25º, da Lei nº 75/2013, 12 de setembro, propõe-se que o executivo camarário elibere propor à Assembleia Municipal a aprovação do respetivo apoio.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIA DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO – TRABALHOS A EXECUTAR NA RUA DE SEIDE, EM OLEIROS – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de drenagem das águas pluviais na rua de Seide, em Oleiros, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal na comparticipação da despesa, nomeadamente a referente à aquisição dos materiais necessários, sendo que a mão de obra e o equipamento seriam da responsabilidade da freguesia. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €3.893,66 (IVA incluído), correspondente aos materiais a adquirir, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €3.893,66, correspondente ao valor da despesa estimada com a aquisição dos materiais necessários, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea

k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – PAVIMENTAÇÃO DA RUA PADRE JOSÉ RIBEIRO DIAS, EM SERZEDO, E DA RUA DA ÚFE, EM CALVOS – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se concluir os trabalhos de pavimentação na rua Padre José Ribeiro Dias, em Serzedo, e da rua da Úfe, em Calvos. Para o efeito, a União de Freguesias de Serzedo e Calvos apresentou um orçamento no valor de €23.836,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo sido validado pelo Departamento de Obras Municipais, sendo que em 23 de abril de 2016 foi deliberado pela Assembleia Municipal de Guimarães a atribuição de uma verba no valor de €18.295,94. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à União de Freguesias de Serzedo e Calvos, uma verba no valor de €6.970,22, destinada à conclusão da pavimentação rua Padre José Ribeiro Dias, em Serzedo, e da rua da Úfe, em Calvos, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BRITO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSA D.

**AFONSO HENRIQUES Nº 2, TRAVESSA DE S. JOSÉ, RUA VASCO DA GAMA, RUA DA CHÃ/RUA DO SALGUEIRAL, RUA D. AFONSO HENRIQUES, RUA DAS BOUÇAS E RUA VALDANTE**

– Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Brito pretende executar trabalhos de pavimentação em várias ruas da freguesia, nomeadamente: Travessa D. Afonso Henriques nº 2, Travessa de S. José, rua Vasco da Gama, rua da Chã/rua do Salgueiral, rua D. Afonso Henriques, rua das Bouças e rua Valdante, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €96.537,50, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Brito, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €102.329,75, destinado à execução da obra de requalificação da Travessa D. Afonso Henriques nº 2, Travessa de S. José, rua Vasco da Gama, rua da Chã/rua do Salgueiral, rua D. Afonso Henriques, rua das Bouças e rua Valdante, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE GONÇA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO

EDIFÍCIO DA ANTIGA E.B.1 PARA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA E REQUALIFICAÇÃO DE VÁRIAS RUAS DA FREGUESIA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Gonça pretende executar trabalhos de requalificação e adaptação do edifício da antiga escola E.B1 para sede da Junta de Freguesia, bem como a requalificação de vários arruamentos da freguesia, tendo apresentado os respetivos orçamentos no valor total de €60.479,73, solicitando o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu a análise e a validação dos orçamentos apresentados. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Brito, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €60.479,73, destinado à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE NESPEREIRA - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO BARREIRO, AVENIDA DA IGREJA E RUA DA ARROCHELA E INTERVENÇÃO NO EDIFÍCIO E ÁREA DESPORTIVA DA E.B.1 DE ARRAU – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de repavimentação e drenagem de águas pluviais na rua do Barreiro, construção de passeios e drenagem de águas pluviais na Avenida da Igreja e Rua da Arrochela, e ainda intervir no edifício e área



desportiva da E.B.1 de Arrau, tendo a Junta de Freguesia de Nespereira apresentado os respetivos orçamentos no valor total de €33.334,00 e €29.175,00, respetivamente, acrescido de IVA à taxa Legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu a análise e a validação dos orçamentos apresentados. Relativamente à intervenção na Escola, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar, estimando-se uma despesa no valor total de €20.000,00, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Nespereira, de uma verba no valor de €86.259,54, destinada à repavimentação e drenagem de águas pluviais na rua do Barreiro, Avenida da Igreja e Rua da Arrochela e intervenção no edifício e área desportiva da E.B.1 de Arrau, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE URGEZES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA RUA BERNARDINO JORDÃO, RUA ALFAGEME DE SANTARÉM E BAIRRO ECONÓMICO -TRAVESSA E. – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Urgezes pretende executar trabalhos de pavimentação e reparação de pavimentos em cubos em alguns arruamentos, nomeadamente: rua Bernardino Jordão, rua Alfageme de Santarém e Bairro Económico Travessa E, tendo

solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €39.340,40, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Urgezes, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €41.700,83, destinado à execução da obra de requalificação da rua Bernardino Jordão, rua Alfageme de Santarém e Bairro Económico Travessa E, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIA DE PONTE – ANO DE 2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Ponte, para a Requalificação da envolvente da Escola E.B.2,3, acesso ao Centro Escolar e alargamento da rua Reitor Francisco José Ribeiro”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €39.460,30. O Presidente da Junta da



Freguesia informou pretender incluir mais duas obras, nomeadamente a construção de um parque infantil e lazer na Travessa Nova de Fonte Cova e um parque de Fitness ao ar livre no Parque de Lazer da Ínsua, solicitando a respetiva alteração do objeto do Protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 18 de maio de 2016, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: "... a execução da obra de Requalificação da envolvente da Escola E.B.2,3, acesso ao Centro Escolar, alargamento da rua Reitor Francisco José Ribeiro, construção de um parque infantil e lazer na Travessa Nova de Fonte Cova e um parque de Fitness ao ar livre no Parque de Lazer da Ínsua".

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA CENTRAL DE RENDUFE, JUNTO À IGREJA, E CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE LAZER, EM RENDUFE – Presente a seguinte proposta: "Pretende-se

requalificar a zona central de Rendufe, junto à Igreja, e construir um parque de lazer em Rendufe. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total €28.882,92, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à União de Freguesias de Atães e Rendufe uma verba no valor de 30.615,90€, destinada à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo

33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2015 E APROVAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães, para a execução da obra de Requalificação da E.B.1 de Gominhães, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €17.808,29, tendo sido aprovado, em 27 de fevereiro de 2016 pela Assembleia Municipal, uma alteração ao prazo de execução e celebrado o respetivo aditamento ao Contrato no dia 9 de maio de 2016. O Presidente da Junta da União de Freguesias informou da necessidade e urgência em proceder à Requalificação e Pavimentação da rua da Ponte Romana (Selho S. Lourenço), pelo que propôs executar esta obra no ano de 2016, em substituição do alargamento do Requalificação da E.B.1 de Gominhães. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação das deliberações da Câmara Municipal de 28 de maio de 2015 e 21 de janeiro de 2016, e da Assembleia Municipal, de 22 de junho de 2015 e 27 de fevereiro de 2016, que



aprovaram aquele Contrato de Atribuição de Subsídio e o respetivo aditamento. Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães, para a execução da obra Requalificação e Pavimentação da rua da Ponte Romana (Selho S. Lourenço), conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação da transferência da correspondente verba prevista para o ano 2016, no valor de €17.808,29.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PONTE, AVENIDA JOAQUIM NOVAIS E PAVIMENTAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À IGREJA DE DONIM

– Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Briteiros Stº Estêvão e Donim pretende executar trabalhos de repavimentação e construção de passeios na rua da Ponte, pavimentação e execução de rede de drenagem de águas pluviais na Avenida Joaquim Novais, em Donim, e ainda a pavimentação do parque de estacionamento junto à Igreja de Donim, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €68.465,40, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara

Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, os seguintes apoios à União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim:

1. a atribuição de uma verba no valor de €11.385,14, destinado à execução da obra de pavimentação e execução de rede de drenagem de águas pluviais na Avenida Joaquim Novais, em Donim, e a pavimentação do parque de estacionamento junto à Igreja de Donim, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. 2. a atribuição de uma verba no valor de €61.188,18, destinado à execução da obra de repavimentação e construção de passeios na rua da Ponte, em Donim, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA E.B.1 DE ALÉM (SANDE VILA NOVA) E REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO, RUA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, EM SANDE VILA NOVA, E RUA DE SUMARÃES, EM SANDE S.CLEMENTE – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de remodelação do edifício da E.B.1 de Além, em Sande Vila Nova, tendo em conta o estado avançado de degradação, a pavimentação das ruas de S. Martinho e Nossa Senhora da Assunção, em Sande Vila Nova, e ainda a pavimentação da rua de Sumarães, em Sande S. Clemente. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar nos locais em causa,



estimando-se uma despesa no valor de €90.571,03, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente à intervenção na escola, e uma despesa no valor de €59.083,33 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente à requalificação das ruas acima mencionadas, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente de uma verba no valor de €158.633,62, destinada à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARIA, EM SOUTO SANTA MARIA – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de pavimentação na rua de Santa Maria, em Souto Santa Maria. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €63.522,96, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição, à União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, de uma verba no valor de €67.334,34,

destinada à execução da pavimentação da rua de Santa Maria, em Souto Santa Maria, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DOS PARQUES DE LAZER D CONCELHO – Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias para manutenção dos referidos equipamentos, no ano de 2017, conforme minuta em anexo, transferindo, para esse efeito, as verbas constantes do quadro que igualmente se anexa. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – Presente, para ratificação, o Protocolo celebrado com a Comissão Nacional dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, Lda., remetendo, para aprovação do



executivo camarário e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma proposta de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda., em cumprimento do art.º 26.º, n.º 3 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 28 de julho de 2016. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA O ANO 2017, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS – Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal a celebração de um contrato programa com a Cooperativa A Oficina para o ano de 2017, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS, CIPRL – AUMENTO DE CAPITAL – Presente a

seguinte proposta: "Em 1984 o Município de Guimarães recuperou para a sua gestão a exploração das Termas das Caldas das Taipas, tendo, em 1985, decidido criar a Cooperativa TAIPAS TURITERMAS, a fim de reabilitar o Estabelecimento Termal da Vila das Taipas e, bem assim, melhor rentabilizar todos os equipamentos turísticos da Vila das Taipas. A TAIPAS TURITERMAS, CIPRL, doravante designada apenas por **TURITERMAS**, é então, uma régie-cooperativa, constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de janeiro, com sede na Vila de Caldas das Taipas, no Concelho de Guimarães, e é responsável pela captação e exploração da água mineral natural, bem como pela gestão do estabelecimento Termal das Taipas. De acordo com o disposto nos Decretos-Leis nºs 86/90 e 90/90, ambos de 16 de março, o direito de exploração adquire-se por contrato administrativo de concessão de exploração, pelo que o Município de Guimarães, em 23/09/2005, celebrou um contrato de exploração nos termos daqueles diplomas legais com o Estado Português, representado pelo Ministério da Economia (Direção Geral de Geologia e Energia), cuja minuta, proposta pelo Instituto Geológico e Mineiro, veio a obter aprovação por deliberações da Câmara Municipal, tomadas em suas reuniões de 08/06/2000, 19/12/2002 e 21/04/2005, através do qual foi atribuído ao Município de Guimarães o direito de exploração da água mineral natural denominada Caldas das Taipas, por um período de 50 anos. Também pela mesma deliberação de 19/12/2002, a Câmara Municipal aprovou a transmissão da posição contratual para a TURITERMAS por forma a ser requerida, junto do Instituto Geológico e Mineiro, a transferência da concessão para aquela Cooperativa dos direitos de exploração da água mineral, nos termos do disposto no art.º 21º do aludido Decreto-Lei nº 86/90. Nesta sequência, e tendo sido obtida a necessária autorização do



Ministro das Atividades Económicas e do Trabalho, foi transmitida à TURITERMAS a posição contratual que o Município de Guimarães detinha naquele contrato, por contrato celebrado em 13/04/2007. As Termas reabriram completamente remodeladas em 1996, estando associadas a um Centro de Recuperação Motora por Fisioterapia, o que permite a sua abertura ao longo de todo o ano. A TURITERMAS tem levado a cabo um programa de requalificação do seu património que se encontrava em avançado estado de degradação, de que se destaca: - A **Requalificação do Edifício dos Banhos Velhos** – elaboração do projeto de arquitetura e especialidades (€15.000,00 + IVA) e execução da obra, no ano de 2010, transformando-o em espaço museológico e de cultura, que alberga uma agenda cultural importante no contexto do Concelho de Guimarães (€352.000,00); - A **Requalificação do Edifício dos Banhos Novos e do Polidesportivo do Parque e do Parque de Campismo** – elaboração do projeto de arquitetura e especialidades (170.000€ + IVA), execução da obra do Edifício dos Banhos Novos no valor de €3,700.000,00 euros e início da execução da empreitada do Polidesportivo do Parque e do Parque de Campismo cujo valor é de €1.260.179,32; - As **Piscinas de Verão** - elaborou o projeto de arquitetura e especialidade (110.000,00 + IVA). A TURITERMAS, para execução da obra de **Requalificação do Edifício dos Banhos Novos**, tinha previsto um financiamento que lhe garantia capacidade de realização sem necessidade de recurso a quaisquer outros apoios, designadamente dos seus cooperantes, e que consistia no seguinte: **a) - Aviso EEC – Provere/1/2014 – EP II (overbooking)**, cuja participação prevista ascenderia a 70% do valor do investimento de acordo com a Programação Financeira do Consórcio Minho In; **b) - Os restantes 30% com o recurso ao Programa JESSICA** com condições de financiamento

bancário amplamente favoráveis, designadamente um empréstimo de 80% do valor de investimento, em 17 anos, incluindo 1 ano de utilização e 5 anos de carência de capital, com taxa de juro 0%, em 44 amortizações trimestrais constantes; Apesar do referido projeto de Requalificação da Estância Termal das Taipas ter sido classificado, pelo Consórcio *Provere Minho – In*, como investimento prioritário, que determinava uma taxa de comparticipação comunitária de 70% do valor do investimento, a reprogramação do Programa do referido Consórcio reclassificou o projeto, redefinindo-o como complementar, com a consequente diminuição do valor da despesa total elegível e da taxa de comparticipação do FEDER, que passou para 35%, comparticipação esta que, no final, acabou por se cifrar apenas em 21,90% em virtude da natureza jurídica da Cooperativa; Tal circunstância implicou uma diferença de financiamento de €1.863.323,85 que obriga agora a TURITERMAS a recorrer a outras fontes de financiamento, designadamente o financiamento bancário, de modo a fazer face aos compromissos assumidos. Assim, considerando que: O Município de Guimarães é o principal acionista da TURITERMAS, tendo ao longo da vida da Estância Termal sido o principal impulsionador do produto turístico termal: O Município foi o principal responsável pela constituição da TURITERMAS tendo cedido a sua posição contratual na concessão da exploração da água termal; O Município tem desenvolvido uma política que visa a qualificação urbanística e funcional dos recursos turísticos existentes no Concelho de Guimarães, por forma a assegurar um desenvolvimento equilibrado e maior coesão em todo o concelho, promovendo e implementando um conjunto de instrumentos de política urbana que visam a revitalização de conjuntos de levado valor patrimonial e turística com vista à diversificação da oferta turística., como é o caso da Estância termal



das Taipas. A TURITERMAS tem como missão desenvolver o património turístico da Vila Termal das Taipas, designadamente salvaguardando, conservando e valorizando o seu património que representa um importante fator de atração de turistas e visitantes ao concelho de Guimarães. Até à presente data, a política de gestão e exploração da estação termal tem permitido garantir qualidade dos serviços prestados, tendo como finalidade promover a saúde e o bem-estar da comunidade, bem como a fazer da vila de Caldas das Taipas mais um espaço de referência turística nacional e internacional. O Município de Guimarães, enquanto instituição do poder local, não pretende olvidar a responsabilidade das suas atribuições, designadamente as tocantes à saúde, tempos livres e desporto, bem como ao património, cultura e ciência, nos termos das alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; O **Edifício dos Banhos Velhos, o Edifício dos Banhos Novos, o Polidesportivo do Parque, o Parque de Campismo** e as **Piscinas de Verão** são núcleos centrais atrativos e sinérgicos no âmbito, designadamente, da saúde, dos tempos livres e do desporto do concelho de Guimarães; É opção do Município de Guimarães que essa atividade seja continuada pela TURITERMAS em condições tais que permitam que o acesso a estes equipamentos pelo público em geral seja conseguido de forma a provocar o seu efetivo envolvimento nestas áreas de atuação. A TURITERMAS prossegue, pois, fins de relevante interesse público local, conforme o disposto no artigo 3.º dos seus Estatutos, designadamente, a recuperação e a reativação dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos da Vila das Taipas e o desenvolvimento de atividades de natureza sociocultural e de ocupação de tempos livres destinados aos utentes dos serviços produzidos, considerando-se as respetivas atividades

enquadradas no âmbito das atribuições municipais previstas nas alíneas a), e), g) e m) do nº 2, do artigo 23º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. Detendo o Município de Guimarães a maioria da subscrição dos títulos de capital da TURITERMAS e reconhecendo-se a importância que as obras de requalificação dos Edifícios atrás referidos representam no crescimento económico da Cooperativa TURITERMAS, da freguesia de Caldelas e do Concelho de Guimarães, PROponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal um aumento dos títulos de capital na TURITERMAS, no valor de €1.600.000,00, que corresponde a 320.000 títulos de capital de €5,00 cada, nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, designadamente os seus artigos 21.º e 22.º, atualmente aplicáveis às Cooperativas de Interesse Público por força da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de câmara do dia 16 de Outubro de 2014 tivemos ocasião de nos **pronunciarmos contra** a proposta que pretendia aprovar a emissão de uma declaração da Câmara Municipal mediante a qual o Município se comprometia a reforçar os capitais próprios da Cooperativa Taipas Turitermas até ao montante de 2.600.000€, no caso do subsídio não reembolsável até 70% previsto na candidatura ao PROVERE para apoio ao projeto de



requalificação do edifício dos “Banhos Novos” não viesse a ser bem-sucedido. Dizia tal proposta que a Cooperativa se encontrava a requalificar o edifício num investimento de montante 3 700 000 € e que tinha já assegurado financiamento para os restantes 30 % ao abrigo do programa JESSICA; Reconhecendo como de facto reconhecemos: A importância da requalificação urbanística e funcional dos recursos turísticos do nosso concelho; A importância histórica e económica das águas termais assim como a sua potenciação em relação ao futuro; Que a vila das Taipas, uma das “Jóias da Coroa” do concelho, é credora de uma atenção que lhe foi negada no passado; E que a coesão concelhia recomenda uma intervenção ativa e visível na melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos da zona das Taipas. Não podemos, contudo, deixar de manter as nossa reservas no tocante à ausência de um Estudo Económico a fundamentar esta proposta de intervenção municipal de grande relevância, na ordem dos 4 000 000 €. De facto, a questão da sustentabilidade tem sido, desde sempre, objecto de várias intervenções em relação a muitos dos relevantes equipamentos promovidos pelo município, alguns deles apenas elaborados após obras concluídas e sua entrada em funcionamento. De resto, e nesse sentido, foram oportunamente aprovadas propostas para aquisição de serviços para a elaboração do “*Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF)*” para o Instituto de Design, para o Centro Avançado de Formação Pós Graduada e para o Laboratório da Paisagem de modo ao Município garantir o cumprimento da circular 3/2013 e o disposto no nº.3 do artigo 55 do Regulamento (CE) nº.1083/2006., estudos que, em boa verdade, se é que foram feitos, jamais nos foram dados a conhecer. É que, a não existência desses estudos (EVEF), ou a sua não atualização no momento da implementação dos equipamentos,

tem como consequência "o não encerramento da operação e o consequente não recebimento dos 5% finais da operação, bem como a entrada em incumprimento por parte do Município do respetivo contrato de financiamento". Sendo embora uma exigência feita pelas estruturas da União Europeia para os projetos apoiados por fundos europeus, deveria, desde logo, ser uma exigência do próprio Município de modo a salvaguardar a autossuficiência dos equipamentos ou, pelo menos, a ter consciência do esforço futuro a ser pedido ao orçamento municipal. Porque não nos foi dado a conhecer qualquer estudo de viabilidade económica acerca deste avultado investimento municipal poderemos dizer que as coisas não começaram bem. Agora, conhecido este cenário da falta de 1.800.000 € no apoio do programa PROVERE ao projeto da Turitermas somos obrigados, infelizmente, a dizer que estamos perante um erro muito grosseiro que trará consequências graves ao orçamento municipal. E logo para uma função que não deveria caber à iniciativa municipal já que se trata de um investimento para dotar a **Taipas Turitermas** em áreas não propriamente relacionadas com o termalismo, mas em áreas que concorrem com privados e cujos serviços são prestados ao abrigo de convenções com o Estado, o que significará o Estado a suportar duas vezes o funcionamento destas unidades, no investimento, e depois no serviço. E mesmo na área do termalismo várias são as termas do país cuja exploração foi objeto de concessão a empresas privadas. Cito como exemplo próximo e próspero as termas de Vidago que souberam aproveitar a energia e o conhecimento dos melhores grupos empresariais do sector e da hotelaria para relançar o turismo e a economia local. Não pode a Câmara Municipal, sem vocação nem conhecimentos, andar a fazer experiências empresariais com o dinheiro dos munícipes criando



autênticos elefantes brancos que ameaçam o futuro de todos nós e que mais parece uma forma de assegurar empregos para os próximos. Acresce a tudo isto uma situação bem mais grave que é termos em 2015 a empresa Taipas Turitermas com resultados negativos da ordem dos 438.000 € mesmo antes de entrar na exigência da amortização do grande empréstimo de 3.000.000 €. Ou se encontra saída para este investimento ruinoso ou teremos de contar com mais um “poço sem fundo” a desbaratar o dinheiro dos munícipes. Por todas estas razões o grupo de vereação da coligação PSD/CDS irá **votar contra.**” -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO EM SANDE VILA NOVA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE – Presente a seguinte informação: “Pelo presente submete-se à apreciação Camarária a alteração ao trânsito em Sande Vila Nova, União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente, de acordo com a postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar a acessibilidade local, tendo sido objeto de aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesias.” A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.
DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais

ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **ANTÓNIO LEITE PEREIRA, FILHOS & Cª, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **61%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **CATARIELA – CONFECÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e



determinado a percentagem de **37%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **ISMAEL & ABREU TÊXTEIS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **41%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **ANTÓNIO LEITE PEREIRA, FILHOS & Cª, LDA; CATARIELA – CONFECÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA; ISMAEL & ABREU TÊXTEIS, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Universidade do

Minho solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de alunos para a realização de uma visita de estudo, no dia 30 de Setembro de 2016. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo inserida na programação do IX Seminário Latinoamericano de Geografia Física e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 12 de setembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário do motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – AGOSTO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de

Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-**

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – COMPARTICIPAÇÃO NAS

**DESPESAS RESPEITANTES A LIGAÇÕES DE ÁGUA E**

SANEAMENTO – Presente a seguinte informação: “A presente proposta destina-se a apoiar munícipes em situação de carência socioeconómica nas despesas referentes a ligações de ramais de água e saneamento. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e subsequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da sua caracterização socioeconómica, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Comparti- cipação	Valor a apoiar (€)
209012480/16	Polvoreira	40	M	€179,52	4	Ativo	100%	584,13
161843433/16	Airão S. João	55	M	€232,25	2	Ativo	52,3%	212,68
119681439/16	Polvoreira	53	M	€46,17	5	Ativo	96,2%	1.000,00
155588893/16	Serzedelo	63	M	€182,59	4	Pensionista	98,5%	823,99

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de €2.620,80 (dois mil seiscientos e vinte euros e oitenta cêntimos) ao abrigo da alínea c) do art.º 2.º do referido Regulamento.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES AO CONSELHO DE FUNDADORES DA FUNDAÇÃO DE SERRALVES

– Presente a seguinte proposta: “A Fundação de Serralves é uma instituição nacional com uma vocação internacional, que aspira a ser um polo de referência e um centro de conhecimento nos domínios da arte contemporânea, ambiente, arquitetura, paisagem e reflexão sobre os grandes temas da sociedade atual. Este

desígnio tem vindo a ser concretizado tanto pela atração de visitantes de todos os pontos do país e do mundo, como pela dispersão geográfica das suas atividades. Em Portugal, é objetivo da Fundação tornar mais visível a sua presença nas mais relevantes cidades do país, através do intenso programa de itinerâncias pelo território nacional, em parceria com as Autarquias Fundadoras de Serralves. Procura-se desta forma aproximar a arte das populações de todo o país e contribuir para a criação de uma dinâmica cultural descentralizada. Serralves, que é também internacional desde a sua criação, pois sempre trabalhou com artistas de muitas nacionalidades e em parceria com grandes instituições de todo o mundo, recebendo coproduções internacionais, está agora a ir mais longe, levando as exposições por si concebidas a muitos dos mais relevantes museus do mundo. Para a boa prossecução destes objetivos, reveste-se de enorme importância o apoio dos Fundadores, por forma a permitir a sustentabilidade da Fundação e a prestação de um serviço público de excelência e de enorme relevância para todo o país. Neste contexto, o Conselho de Administração da Fundação de Serralves dirigiu à Câmara Municipal de Guimarães convite para que o Município passe a integrar o seu Conselho de Fundadores, que atualmente é composto por cerca de duas centenas de membros, conforme lista em anexo. Aos novos Fundadores é pedida uma comparticipação de 100.000 euros que, no caso das Autarquias, poderá ser dividida em 4 anos e tem como contrapartida a realização, durante esses 4 anos, de uma exposição anual ou de outra iniciativa de Serralves, nos espaços da Autarquia. Assim, considerando: - A relevância da ação promovida pela Fundação de Serralves no contexto nacional e internacional, ao estimular o interesse e o conhecimento de públicos de diferentes origens e



idades pela Arte Contemporânea, pela Arquitetura, pela Paisagem e por temas críticos para a sociedade e seu futuro, fazendo-o de forma integrada com base num conjunto patrimonial de exceção, objetivos em tudo consentâneos com a estratégia e a prática que o Município de Guimarães vem prosseguindo nas últimas décadas; - O facto de Guimarães ter um equipamento cultural com propósitos e missão idênticos – o Centro Internacional das Artes José de Guimarães – e que, por esta via, poderão ser promovidas interações e colaborações recíprocas entre este e a Fundação de Serralves, com vantagens para os respetivos públicos; - O inequívoco interesse público de que se poderá revestir a possibilidade de acolher anualmente exposições e iniciativas de Serralves; - O interesse em poder, como membro de um órgão com a relevância do Conselho de Fundadores, participar na orientação estratégica da Fundação de Serralves e dar parecer sobre os respetivos Planos de Atividades; - As vantagens conferidas pelo estatuto de Fundador, ao Município e aos seus Municípios, descritas no anexo “Estatuto do Fundador”. Proponho: Que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Guimarães à Fundação de Serralves, na qualidade de membro do respetivo Conselho de Fundadores, nos termos do disposto no art.º 53º por remissão do nº 3 do art.º 56º e do art.º 57º, todos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e ainda ao abrigo da alínea e) do nº 2 do art.º 23º e alínea u) do art.º 33º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A adesão à Fundação implica o pagamento do montante de €100.000,00 em 4 prestações anuais. Refira-se, por último, que esta proposta não é acompanhada de um estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeira da Fundação de Serralves, conforme previsto no art.º 32º da referida

Lei nº 50/2012, porquanto se trata de uma entidade já existente, consolidada e sustentável, conforme demonstrado nos relatórios e contas em anexo.” Os referidos anexos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - APOIO PARA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOS BALNEÁRIOS DO GRUPO DESPORTIVO DE ABAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo de Abação é uma associação com um percurso desportivo que já leva algumas décadas, em que os jovens têm sempre um lugar especial nas suas ações. Dotado de excelentes instalações desportivas, este clube foi alvo de um assalto aos seus balneários, tendo-lhes sido furtado os esquentadores, torneiras e demais apetrechos deste espaço desportivo, tudo avaliado em €2.839,00. Considerando as dificuldades do clube na reposição da normalidade, solicitam um apoio financeiro para poderem voltar a equipar os balneários com os elementos furtados, para que a sua atividade desportiva volte aos níveis que tinham anteriormente. Assim, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €2.839,00 (dois mil oitocentos e trinta e nove euros) ao Grupo Desportivo de Abação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

RELATÓRIO E CONTAS – MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE A EXERCÍCIO DE 2016

– Presente, para aprovação, o Manual de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, respeitante ao exercício de 2016, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS – REVISÃO ORÇAMENTAL –



Presente a seguinte proposta: "Na sequência das informações em anexo, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: **RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA** - Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação 16.01.01 designada por saldo da gerência anterior, no valor de €3.136.000,00. **RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA** - Reforço no valor total de €3.136.000,00 nas seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	03-020225	803 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - conservação de bens	03-020203	20 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros bens	03-020121	60 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de instalações	03-020201	37 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - seguros	11-020212	18 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	11-020214	4 000,00
Despesas com pessoal - Segurança Social - Encargos com saúde	12-01.03.01	300 000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11-070101	180 000,00
Outras Aquisição de Edifícios Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.20 11-07010307	214 000,00
Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	0103-040701	500.000,00
Atribuição de subsídios às Freguesias Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades 4.2.3.13 03-08050102	1.000.000,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº 12 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro."

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos que se inscreveram para intervir no final da reunião.-----

1. Simão, aluno do 4.º ano da EB1/JI de Poças, Airão Santa Maria – Perguntou para quando estava prevista a extensão de autocarros elétricos à União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil. Sugeriu que as frases de Raul Brandão inscritas nas passadeiras da Cidade se estendessem também às freguesias do Concelho. -----

2. Gabriel, aluno do 4.º ano da EB1/JI de Poças, Airão Santa Maria – No âmbito das comemorações do Dia Europeu sem Carros perguntou que medidas pensava a Câmara tomar para reduzir a emissão de gases poluentes. -----

3. Ângelo Ferreira, Vice-Presidente do Grupo Desportivo Airão-Curviã - Disse que o Grupo realizou durante muitos anos um corta-mato, tendo organizado um Campeonato Regional no ano passado, não tendo recebido apoio da Câmara Municipal, conforme havia solicitado. -----

4. Padre Domingos Forte – Referiu o estado das fontes e fontanários públicos recordando os tempos em que todos bebiam destas águas sem que tal causasse qualquer problema de saúde. Disse que em quase todas as fontes a água não é potável, pelo que perguntou se este assunto não é uma preocupação para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia. -----

5. Presidente da Junta da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil – Disse, a propósito da água dos fontanários, que duas vezes por ano, nomeadamente na primavera e no outono, são feitas análises à água, sendo colocado



um aviso se as mesmas estiveram impróprias para consumo. -----

6. Maria de Fátima Azevedo – Disse querer começar por agradecer à Camara Municipal o apoio concedido na disponibilização de transporte da sua filha portadora de deficiência. Continuou, referindo problemas de saneamento existentes nesta localidade, apontando como exemplo a rua onde mora que não tem saneamento, perguntando para quando será executado. -----

7. Professor Bairrinho, representante do Conselho Económico Paroquial - Pediu a instalação de dois pontos de luz na parte exterior do Salão Paroquial. -----

8. Ana Rosa Machado - Disse lamentar que não se pudesse construir em muitas zonas desta localidade, referindo mesmo o seu caso, considerando ser esta uma das razões que justifica que a população vá para outras localidades, designadamente Joane. -----

9. Presidente da Câmara – a) - Sobre a intervenção do aluno Simão, disse que o autocarro elétrico que a Câmara Municipal adquirir estará ao serviço de todos os alunos do concelho para a realização de visitas de estudo. Ficou agradado com a sugestão de estender à União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil a inscrição de frases de Raul Brandão em passeadeiras; **b)** – Relativamente à intervenção do aluno Gabriel, disse que a Autarquia está a trabalhar para reduzir a emissão de gases poluentes, sendo que a resolução passa pelo uso de transportes públicos; **c)** – Sobre a intervenção do Vice-Presidente do Grupo Desportivo Airão-Curviã disse que o Regulamento para atribuição de apoios a associações desportivas de Guimarães é público e prevê a atribuição de apoios extraordinários, pelo que o Vereador Amadeu Portilha, na qualidade de responsável político pela área do Desporto, tomará boa nota do assunto. Lembrou o forte investimento da Câmara Municipal na área desportiva, bem

como as boas infraestruturas de que o Grupo Desportivo Airão-Curviã dispõe; **d)** – Quanto à intervenção do Padre Domingos Forte disse que uma das principais preocupações no âmbito da Capital Verde Europeia inclui os recursos hídricos. Acrescentou, contudo, que há 40 anos bebia-se água sem se saber se era própria para consumo, pois não se faziam análises e que hoje está tudo identificado. Disse, ainda, que a Câmara Municipal está sensível no caminho de devolver a potabilidade da água de fontes e nascentes; **e)** – Sobre o pedido de Fátima Azevedo disse que a VIMÁGUA está a trabalhar no sentido de que o abastecimento de saneamento público seja alargado a todas as zonas do concelho onde ainda não exista; **f)** – Disse que iria atender o pedido formulado pelo representante do Conselho Económico Paroquial para colocação de dois pontos de luz na área envolvente ao Salão Paroquial; **g)** - Disse compreender a intervenção de Ana Rosa Machado referindo o Plano Diretor Municipal como um instrumento coordenador da política de ordenamento do território. Acrescentou que o emprego é o fator que mais influencia na fixação da população. -----

O Presidente de Câmara informou que a próxima reunião descentralizada se realizará na União das Freguesias de Conde e Gandarela. -----

PELAS TREZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----